

LOACIR GSCHWENDTNER

Advogado e Professor Titular no Curso de Direito da Universidade da
Região de Joinville (UNIVILLE), campus de São Bento do Sul.
Especialista em Direito Comercial e Mestre em Ciência Jurídica.
Presidente da OAB/SC, Subseção de São Bento do Sul no triênio
1998/2000. Membro do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB/SC no
triênio 2001/2003.

**A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO
CONTEMPORÂNEO**

OAB/SC
Editora

Florianópolis, 2006

CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

G895c

Gschwendtner, Loacir
A Constitucionalização do Direito Privado Contemporâneo -
Florianópolis: OAB/SC Editora, 2006.
176p.

ISBN 85-98304-81-6

1. Direito 2. Direito Privado I. Título

CDD - 346.81

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. TEORIA GERAL DO DIREITO CONSTITUCIONAL	17
1.1. Conceito de Direito Constitucional	17
1.2. Fontes do Direito Constitucional	20
1.3. Breve histórico do Constitucionalismo	22
1.4. Constituição	25
1.4.1. Conceito de Constituição	25
1.4.2. Conteúdo e estrutura das Constituições	29
1.4.3. Classificação das Constituições	31
1.4.4. A supremacia das Constituições	32
2. O DIREITO CONSTITUCIONAL E O ORDENAMENTO JURÍDICO	35
2.1. A interpretação da Constituição	35
2.1.1. A interpretação constitucional e seus métodos	40
2.1.2. Princípios de interpretação constitucional	46
2.2. Princípios gerais de Direito	51
2.2.1. Princípios, normas e regras jurídicas: uma distinção necessária	55
2.3. Princípios constitucionais fundamentais	62
2.3.1. Funções dos princípios constitucionais	65
2.3.2. Direitos e garantias fundamentais	66
2.3.2.1. Breve evolução histórica dos direitos	68
3. A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO PRIVADO	75
3.1. A era da constitucionalização	75
3.2. A separação entre Direito Privado e Direito Público	79
3.3. A estrutura do Código Civil de 2002	83
3.4. Princípios orientadores do Código Civil	87
3.4.1. Princípio da sociabilidade	87
3.4.2. Princípio da eticidade	90
3.4.3. Princípio da operabilidade	91
4. A PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL DE 2002: aspectos destacados	93
4.1. Uma perspectiva civil-constitucional	93
4.1.1. Cláusulas gerais no Código Civil	95
4.2. A noção de ato ilícito e a Teoria do Risco na perspectiva do Código Civil	108
4.3. A questão da culpa na cláusula geral do artigo 186 e a nova cláusula geral do artigo 927 do Código Civil	110

4.3.1. O problema do dano	114
4.3.2. O dano moral	114
4.3.3. A imputabilidade	116
4.4. O abuso de Direito no Código Civil	120
4.4.1. Positivação: o artigo 187 no Código Civil	121
4.4.2. Uma interpretação constitucional do Abuso de Direito	123
4.5. O Direito de propriedade no Código Civil: do discurso à realidade	126
4.6. Os Direitos da personalidade e o Código Civil	132
4.6.1. Direitos da personalidade da pessoa jurídica	137
 5. NOVOS PARADIGMAS DO DIREITO PRIVADO	141
5.1 Direito Privado e Globalização	141
5.2. Os novos Direitos no Brasil	143
5.2.1. Direitos da pessoa idosa	144
5.2.2. Direitos do consumidor	147
5.2.3. Direito ambiental	149
5.2.4. Biodireito	153
5.3. A reconstrução do Direito Privado contemporâneo	156
 CONSIDERAÇÕES FINAIS	163
 REFERÊNCIAS DAS FONTES CITADAS	171